

## EDITORIAL

## Vulnerabilidade social, mulheres, tráfico e exploração

Operação realizada em três estados nordestinos (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) identificou um esquema criminoso que explorava mulheres. Vinte e duas foram resgatadas, a maioria cearenses. Todas naturais de municípios com alta vulnerabilidade social, sem educação formal ou perspectiva de emprego.

O recrutamento, de acordo com investigações do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), surge para as jovens como promessa para ganhar dinheiro em outro estado e ajudar quem ficou na cidade de origem.

Operação constatou que uma mesma família era responsável por administrar pelo menos

seis casas de prostituição. Nesses locais, as mulheres cumpriam jornada extensa, eram controladas por sistemas de dívidas, submetidas a metas abusivas e sofriam abusos sexuais e estupro. Elas viviam com apenas duas refeições diárias e em instalações desumanas.

Embora o trabalho sexual não seja crime no Brasil, se configura como crime a exploração de pessoas em condições de servidão por dívida, jornada exaustiva, condições de moradia precárias, coação e ameaças.

Em tempos de plataformas de assinatura rentáveis que exibem conteúdo adulto, a descoberta do esquema de tráfico de mulheres voltado à exploração sexual lança luz a um problema antigo que persiste. Com um composto regional importante e exibindo o

tamanho da vulnerabilidade social nos municípios do Nordeste. O deslocamento de mulheres de cidades pobres para outras cidades pobres em busca de uma vida melhor através da prostituição precisa receber a atenção dos órgãos competentes.

Diferentes condições e ausências de direitos aumentam as chances de mulheres serem aliciadas e exploradas em contextos abusivos, desde a falta de garantias na infância à proteção na vida adulta. Pobreza, desigualdade de gênero, racismo e violência doméstica e sexual constata as lacunas normativas e de políticas públicas.

Mostram o tamanho do desafio a ser superado e enxergado com menos preconceito e mais prioridade a direitos básicos. ■

## OPOVO

FUNDADO EM 7 DE JANEIRO DE 1928  
POR DEMÓCRITO ROCHA

PRESIDENTE INSTITUCIONAL & PUBLISHER  
Luciana Dummar

PRESIDENTE-EXECUTIVO  
João Dummar Neto

VICE-PRESIDENTE DE  
TECNOLOGIA E NEGÓCIOS  
Filipe Dummar

DIRETORES DE JORNALISMO  
Ana Nadad  
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO RÁDIOS  
Jocélio Leal

DIRETOR DE NEGÓCIOS  
Alexandre Medina Néri

DIRETORA DE GENTE E GESTÃO  
Cecília Eurides

DIRETOR INSTITUCIONAL  
Cliff Villar

DIRETOR DE OPINIÃO  
Gualter George

EDITORIALISTA-CHEFE  
Plínio Bortolotti

## CONSELHO EDITORIAL

Adisla Sá; Diatáhy Bezerra de Menezes;  
Fausto Nilo; Francisco José de Lima Matos;  
Lino Vilaventura; Manfredi Oliveira;  
Plínio Bortolotti; Raimundo Padilha;  
Roberto Macedo; Valdemar Menezes;  
Wânia Cysne Dummar

## DIRETORIA DE JORNALISMO

DIRETORES DE JORNALISMO  
Ana Nadad  
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO RÁDIOS  
Jocélio Leal

## EDITORES-CHEFES

André Bloc, Beatriz Cavalcante, Chico Marinho,  
Clóvis Holanda, Cristiane Frota, Érico Firmo,  
Fátima Sudário, Gil Dicelli, Isabel Costa,  
Joelma Leal, Lucas Mota, Neila Fontenele,  
Tânia Alves e Thadeu Braga

## EDITORES-ADJUNTOS

Alan Magno, Catalina Leite, Demetri Túlio,  
Ira Cavalcante, Italo Coriolano, Jília Duarte,  
Júlio César, Lucas Barbosa, Marcela Tosti,  
Marcos Sampaio, Rubens Rodrigues e Sara Oliveira

EDITORA DE MÍDIAS SOCIAIS  
Glenna Cherice

REDATORA DE CAPA E FAROL  
Domitila Andrade

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO  
Daniela Nogueira

OMBUDSMAN  
João Marcelo Sena

## EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S.A.

Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora  
CEP 60055-402 - Fortaleza - CE - PABX: 3254 1010  
CNPJ: 07.222.565/0001-62  
www.opovo.com.br

## GALERIA DE PRESIDENTES



Demócrito Rocha 1928 - 1943  
Paulo Sarasate 1943 - 1968  
Creuza Rocha 1968 - 1974



Albanisa Sarasate 1974 - 1995  
Demócrito Dummar 1995 - 2008

ATENDIMENTO  
AO LEITOR E ASSINANTE

3254 1010  
relacionamento@opovo.com.br

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS: Agência Estado, Agência France Press e Gazeta Esportiva

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO EM BRASÍLIA:  
MÍDIA DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA - Aeroporto  
Internacional de Brasília Pres. Juscelino Kubitschek;  
Setor de Locadoras, lote nº 14, salas 03 e 04;  
CEP: 71608-900 - Brasília/DF;  
Telefone: (0XX61) 364 9900, Fax: (0XX61) 364 9901  
E-mail: idiadistribuidora@grupomidia.com.br

PREÇO DO EXEMPLAR NO CEARÁ:  
Segunda a domingo: R\$ 5,00

OUTROS ESTADOS DO NORDESTE:  
Segunda a domingo: R\$ 8,00

OUTROS ESTADOS:  
Segunda a domingo: R\$ 10,00

ASSINATURA ANUAL: R\$ 1.805,00

## ARTIGOS

## Não espere nada de quem espera por Neymar



Fernando Costa  
fernando@vervecom.com.br

Sociólogo e publicitário.  
Colunista do O POVO

São tempos difíceis, menos para quem, em insana consciência, paga dizimo para um pastor neopentecostal picareta e combate pagar imposto, imposto este que paga a aposentadoria de boa parte dos sem argumentos que sempre olham para o lado e respondem: mas e o PT? Ou eu não sou Lula nem Bolsonaro. Me engana que eu gosto. Não sei bem onde essa conversa vai terminar, mas vamos em frente.

“Se você castigar uma criança por ser má e a recompensar por ser boa, ela fará o que é certo apenas pela recompensa”. Escreveu num dia ou numa noite Immanuel Kant, o filósofo que nunca se atrasava, como

alguns sabem. Kant nunca teve filhos, nem sequer chegou a casar.

Mas Bolsonaro, que não é filósofo e teve a infeliz ideia de reproduzir sua genética, não deve ter castigado seus filhos por serem maus e o resultado está aí. “Em tempos como estes, não temos escolha a não ser ir em frente e continuar vivendo”, ouvi de uma senhora sentada na mesa de trás em um restaurante que não era o Baretta, mas poderia ser.

As próximas eleições serão duríssimas em todos os níveis, mas devemos ter uma atenção especial as do senado, porque aí é que mora o perigo, não é à toa que a extrema direita está mais preocupada com ela que com a eleição presidencial, afinal, vivemos num regime semiparlamentarista.

Não sou consultor político, mas quem for escolher o vice de Elmano

deve manter um olho no peixe e outro no gato e nunca fazer essa escolha num final de semana.

Voltando a Kant, que viveu em um mundo pré-totalitarista, mas influenciou Hannah Arendt, que recorreu ao conceito de “mal radical” de Kant para tentar compreender como as burocracias totalitárias, através do autoritarismo extremo, conseguiram anular o pensamento crítico, a moralidade individual e cometer as maiores atrocidades da história.

Deixar 700 mil brasileiros morrer de Covid na pandemia se insere no rol dessas atrocidades.

O responsável por isso está preso, mas não por isso. No mais, é Copa do Mundo e quem lembra de quando éramos o país do futebol não pode esperar nada de um time que espera por Neymar. ■

## Juros altos, riscos persistentes



Lauro Chaves Neto  
lchavesneto@uol.com.br

Professor da Uece, PhD  
pela Un. de Barcelona e  
pós-doutor pela Univ.  
of Massachusetts.  
Colunista do O POVO

O cenário econômico brasileiro volta a se deteriorar de forma evidente, frustrando a expectativa, ainda recente, de um ciclo mais consistente de queda da taxa Selic ao longo de 2026. O que se desenhava como um processo gradual de afrouxamento monetário deu lugar a um ambiente de maior incerteza.

Parte dessa mudança vem do cenário externo. As tensões no Oriente Médio mantêm o petróleo em patamares elevados, pressionando custos logísticos e produtivos. Ao mesmo

tempo, o El Niño já projeta impactos sobre a produção agrícola, com reflexos diretos sobre os preços dos alimentos. Some-se a isso a resiliência da economia americana, que

reduz o espaço para cortes de juros pelo Federal Reserve e pressiona o câmbio em países emergentes como o Brasil.

No plano doméstico, a política econômica contribui para esse quadro. A ampliação de estímulos fiscais e creditícios, em um ambiente já pressionado, reforça expectativas inflacionárias. Não por acaso, as projeções para o IPCA seguem em trajetória ascendente, afastando-se do centro da meta e exigindo cautela do Banco Central.

Nesse contexto, a autoridade monetária se vê diante de um dilema clássico. Com uma inflação de 4,72% nos últimos 12 meses, portanto acima do teto da meta, reduzir juros prematuramente pode significar subestimar choques que se mostram persistentes. Por outro lado, manter a Selic em patamares elevados

prolonga o custo financeiro para famílias, empresas e o próprio setor público.

Os sinais já são visíveis. A inadimplência cresce, os pedidos de recuperação judicial se multiplicam e o mercado financeiro reage com maior aversão ao risco. O otimismo que marcou o início do ano dá lugar a uma maior volatilidade da bolsa e do câmbio.

O risco não é apenas inflacionário, é também de um esgotamento gradual da capacidade de crescimento sustentado, caso a política econômica permaneça re-fém de estímulos de curto prazo. Em um ambiente global mais adverso, disciplina fiscal e previsibilidade deixam de ser opções e passam a ser condições necessárias para restaurar a confiança e abrir espaço para a redução sustentável dos juros. ■

## A dor que a tela multiplica



André Barroso  
nuavv.cariri@mpce.mp.br

Promotor de Justiça do  
MPCE e Coordenador  
Regional do Núcleo de  
Acolhimento às Vítimas  
de Violência-Cariri

Na madrugada de 15 de junho, o Ceará foi abalado por profunda tristeza. Perto de Tauá, um acidente tirou a vida de sete jovens atletas de basquete de Juazeiro do Norte. Diante da realidade em que tantos adolescentes são aliciados pela criminalidade, aqueles garotos escolheram o caminho do bem, da disciplina e do esporte. Eram jovens com sonhos, voltando de uma competição com a esperança de um futuro promissor, mas que tiveram suas trajetórias tragicamente interrompidas.

Diante da dor insondável, espera-se respeito. No entanto, nas redes sociais há uma lamentável corrida por compartilhar imagens dos corpos e do desespero das

famílias. Quando o conteúdo é propagado, o sofrimento ultrapassa o momento e o local da tragédia. A exposição indevida gera vitimização secundária: uma agressão muitas vezes mais cruel e persistente, pois a Internet eterniza a violação da dignidade de quem já não pode se defender.

A conduta vai além da falta de empatia: pode configurar crime, como o vilipêndio a cadáver, e, ao envolver vítimas menores de idade, viola o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diante da urgência, o Ministério Público do Ceará atuou de imediato, por meio do Núcleo de Acolhimento às Vítimas de Violência (Nuavv Cariri) e em articulação com a Polícia Militar para coibir filmagens indevidas e com a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede 19) para orientar a comunidade escolar a

denunciar, junto às plataformas digitais, possíveis violações de direitos. Fotos e vídeos não devem ser compartilhados.

O compromisso do MP não se encerra no acolhimento. Para assegurar a rigorosa apuração de responsabilidades, a Promotoria de Justiça investiga as circunstâncias do acidente e as condições do transporte oferecido aos alunos — considerando que, em junho, ocorreu outro acidente com ônibus da mesma unidade de ensino. Tragédias dessa dimensão exigem respostas céleres. A dor da perda é intransferível, mas o respeito à memória é dever coletivo. Por trás de cada vídeo repassado, há uma família vivendo o pior dia de sua vida. Não se deve tornar essa dor ainda maior. A construção de uma sociedade mais empática começa na ponta dos nossos dedos. ■

## PARA FALAR COM A GENTE

OMBUDSMAN  
ombudsman@opovodigital.com

WHATSAPP  
(85) 98893 9807

E-MAIL  
opinio@opovo.com.br

TELEFONES  
(85) 3255 6104 ou 3255 6129